

## **Democracia em movimento!**

### **Tese do coletivo Universidade em Movimento para o XI Congresso das/dos Estudantes da USP**

#### **Concepção de Universidade e Fundação da USP**

Cada vez mais torna-se necessário discutir as estruturas da Universidade de São Paulo. Com as últimas medidas da gestão de João Grandino Rodas - com a entrada da Polícia Militar na USP e com as duras medidas de repressão aqueles que se opõe a seu projeto conservador - faz-se necessário o debate acerca do caráter da universidade, de sua formação e composição dos seus conselhos e colegiados, de seu Estatuto, do seu papel durante o período da Ditadura Militar – cujos resquícios permanecem ainda hoje - e sobre os desafios colocados as/aos estudantes, funcionários e professores na transformação deste cenário.

A necessidade de pensarmos essa realidade e o que entendemos por democracia na USP exige que nos debrucemos sobre sua fundação, quais interesses permearam sua criação e qual o conceito de educação adotado durante seus 78 anos de existência. Faz-se necessário, sobretudo, entender que os questionamentos que fazemos atualmente existem desde sua fundação, colocando-se, portanto, como peças-chave na discussão.

Aponta-se que, depois de 1932, foi preciso consolidar e preparar, em São Paulo, uma elite capaz de dirigir e governar o país. Um dos caminhos encontrados foi a criação de núcleos de pesquisa e estudos, focando-se, primeiramente, em dois pólos: a *Escola Livre de Sociologia e Política* e a *Universidade de São Paulo*. Argumentava-se que, assim, não surgiriam revoluções anárquicas, mas sim revoluções intelectuais e científicas, que teriam a real capacidade de formular um projeto para a sociedade assentado no pensamento liberal, cumprindo, portanto, um papel civilizatório.

Surge, então, a Universidade de São Paulo, resultado da fusão da *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, *Escola Politécnica de São Paulo*, *Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"*, *Faculdade de Medicina*,

*Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia*, - que já existiam enquanto unidades independentes. Nessa instituição - que se apresentava com uma proposta inovadora de congregar diferentes faculdades, algo ainda incomum no Brasil - ingressam os filhos das elites, para tornarem-se aqueles que guiarão a nação. Esse caráter da USP só será contestado futuramente, com o surgimento de ideias que pretendiam refletir sobre o papel da Universidade com relação ao restante da sociedade; a oferta de vagas também não atendia mais as demandas das classes médias emergentes no país, fator que contribuiu para maior pressão em relação a expansão de vagas.

Aparecem, então, as primeiras divergências a respeito de qual deveria ser o caráter da Universidade, divergências essas frutos da dificuldade de congregar os interesses do Estado e a autonomia universitária, bem como as diferentes ideias resultantes da composição da Comunidade USP – formada por professores das “missões européias”, os filhos das elites e alguns poucos trabalhadores, em sua maioria professores do Ensino Público que exerciam a profissão sem diploma. Questiona-se, portanto, o projeto inicial da USP, e outras propostas começam a ser apresentadas, levando em conta que o ambiente universitário deveria ser plural e superar seu caráter elitista.

Infelizmente, esse caráter ainda não se reverteu. Nossa universidade continua aberta somente àquela/es que estudaram em boas instituições básicas – na maioria das vezes, particulares -, advindos das camadas médias e altas, com o intuito de formar boa parte dos quadros dirigentes da sociedade, o que determina uma produção de conhecimento distante da realidade e das demandas do povo brasileiro.

### **A luta por democracia**

A palavra “democracia”, hoje uma das principais bandeiras do movimento estudantil, não é nova. A reivindicação para que a USP seja um ambiente democrático acompanha toda a vida da instituição.

Em 1954, a Universidade presencia a primeira grande greve pela legitimação dos Centros Acadêmicos, que acaba por ganhar caráter nacional e

questionar o papel e composição das diretorias das Faculdades. Em 1962 tem-se o primeiro grande e forte movimento dentro da universidade exigindo democracia, que deflagra uma greve estudantil reivindicando a participação dos estudantes nos órgãos colegiados na proporção de 1/3. Outra forte mobilização reivindicava a paridade em 1968, no entanto, as duas últimas movimentações foram barradas pela Ditadura Militar.

O Primeiro Encontro da Comunidade Universitária, em 1981, aprovou uma carta programa com pontos mínimos das três categorias (professores, funcionários técnico- administrativos e estudantes), que já reivindicava a democratização e descentralização da estrutura de poder da USP. A proposta era de que o professor Dalmo de Abreu se candidatasse às eleições para reitor defendendo esse projeto, participando das eleições, com toda a comunidade votando. Porém, mesmo com 18 mil votos, seu nome não foi para a lista tríplice e sumariamente ignoraram-se as deliberações do encontro. O mesmo aconteceu em 1985.

Inúmeros debates entre candidatos e acerca do caráter das eleições para reitor e sobre a necessidade democracia na Universidade foram realizados entre 1985 e 1993, culminando em um plebiscito sobre o modelo das eleições; 67% dos participantes manifestaram-se pela mudança na forma como elas ocorriam. Apesar desse resultado, nada foi alterado. A própria reforma pela qual o estatuto passou em 1988 ignorou completamente as deliberações dos congressos de estudantes, funcionários e professores da USP.

Esse resgate histórico das lutas que foram travadas pela democratização da USP demonstra como esse debate não é uma novidade e, apesar dos esforços, como nossa universidade avançou muito pouco neste sentido. Recentemente afirmou-se que a ideia de que existe democracia na USP é uma “*ficção de nascença*”, que mascara a existência de uma estrutura centralizada, que aniquila qualquer possibilidade de participação efetiva de seus integrantes nas decisões dos rumos da universidade, ignorando as posições da maioria da comunidade universitária, que é excluída dos órgãos colegiados e dos processos eleitorais.

Na USP, o processo de escolha do Reitor é o mais restrito e antidemocrático do Brasil. Além dos candidatos restringirem-se aos professores

titulares (o mais alto grau da carreira acadêmica docente), o colégio eleitoral (que no primeiro turno congrega menos de 2% da comunidade universitária), cai para cerca de 0,3% no segundo turno, onde os professores titulares representam cerca de 85%. Como se não bastasse, a decisão final é tomada pelo Governador do Estado, que escolhe entre a lista tríplice que lhe é enviada. No caso de nosso atual reitor, Rodas, nem ao menos a escolha dos setores mais restritos da universidade foi respeitada pelo então governador José Serra, que o escolheu, mesmo este tendo ficado em segundo lugar (algo que não acontecia desde 1982, em plena ditadura).

A tarefa colocada para aqueles que acreditam que mudanças na USP são necessárias é conseguir pensar o que entendemos por democracia, o que buscamos e como poderemos construir nossas propostas. É preciso que tenhamos ações concretas para conseguirmos, de fato, depois de tanto tempo reivindicando uma universidade democrática, vislumbrar uma possibilidade real para isso.

### **Democracia em movimento!**

A USP se caracteriza como uma universidade extremamente antidemocrática. Sintoma disso é o fato de que, mesmo após a promulgação da constituição de 1988 e a sanção da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em 1996, a ainda não se adequou a definição para a composição dos colegiados, mantendo participação docente superior a 70% nas diretorias e eleições. Tal demonstração ilustra a clara falta de espaços democráticos na USP, que deve ser amplamente combatida, buscando sempre conselhos e eleições mais democráticas, com maior participação das caracte

Isso, por si só, entretanto, não nos garante uma universidade democrática. Entre as Universidades Federais, por exemplo, nenhuma apresenta representatividade docente maior que 70% e a maior parte delas, inclusive, adota o modelo paritário. Isso, no entanto, não faz com que essas instituições sejam plenamente democráticas, já que nelas ainda persiste o acesso restrito, a lógica

produtivista, a produção privada do conhecimento, uma política centralizadora e a carência de políticas de permanência.

Ressaltamos, aqui, o papel de uma universidade pública: não basta ser gratuita, é preciso que seja voltada para as necessidades da população, e as diretrizes que as universidades país afora vem tomando vão justamente na contramão disso. Resultado claro são as greves nas universidades federais, uma resposta à lógica produtivista que vem sendo aplicada no Ensino Superior, que não visa a produção de conhecimento para a sociedade, e que sucateia cada vez mais a educação, inclusive no que diz respeito à estrutura física (laboratórios, salas de aula, contratação de professores etc) e avança cada vez mais em um processo de privatização do ensino público - processo este que, na USP, é representado pela implementação do BUSP, e pela apropriação, por parte da Universidade, de verbas da iniciativa privada e por outras inúmeras medidas da gestão Rodas.

Lutar por uma universidade democrática vai, portanto, muito além da disputa por uma maior representatividade institucional. Passa por disputar o próprio conceito de universidade, entendendo que ela atualmente opera em prol das elites - com produção de mão de obra e de tecnologia, ampliando a dominação ideológica e sendo ela mesma fonte de lucro- e que se conseguirmos mudar as funções da universidade, estaremos contribuindo no processo da transformação social.

Esse embate passa, por exemplo, pela reivindicação por ampliação de vagas, por participação de toda a sociedade na decisão dos rumos da universidade, e por uma produção científica e cultural ligada às demandas da sociedade. Ressaltamos, ainda, a luta pela implementação de cotas, tanto sociais como raciais, buscando democratizar o acesso à universidade, de modo que esta traga pra dentro de si um público para além dos jovens brancos e de classe média. Ao mesmo tempo, é necessário exigir uma política de permanência eficaz, com ampla oferta de bolsas, que garanta vagas nas moradias - com gestão participativa -, com creches e bolsas para alunas-mães. Também é fundamental que a universidade esteja ligada às demandas da sociedade, sendo necessário

que avancemos na indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, ampliando a relação entre a universidade e a sociedade e produzindo conhecimento para o povo e não para a apropriação privada.

Um último ponto - porém, não menos importante -, é a necessidade de trazermos à tona a memória histórica da Universidade de São Paulo. Um dos motivos da estrutura anti-democrática da USP é a manutenção de um sistema cujo centro foi articulado durante a Ditadura Militar. Nesse sentido, é preciso que coloquemos o máximo de nossos esforços na construção da Comissão da Verdade da USP (campanha que vem sendo construída pelo Fórum pela Democratização da USP, uma frente composta por várias entidades e grupos políticos). É preciso que tenhamos claro nosso passado, para não repeti-lo, e é preciso que os culpados por esses crimes de Estado sejam julgados.

### **O Movimento Estudantil (ME)**

Acreditamos que, para dar cabo de tantas tarefas, a saída é a atuação coletiva. Por isso, temos nossa forma de organização, o Movimento Estudantil, organizado através de seus fóruns, entidades e coletivos.

É fundamental que entendamos, em primeiro lugar, que a força de nosso movimento reside justamente no nosso número, na maioria que representamos dentro da universidade e, principalmente, na nossa capacidade de mobilização. Essa capacidade, entretanto, só se cumpre na medida em que conseguimos travar lutas que digam respeito e façam sentido para os estudantes, ou seja, devemos partir de nossa realidade concreta, para entendermos a necessidade de organização, e participarmos dos espaços coletivos de discussão e decisão.

Ao mesmo tempo em que precisamos reunir uma maioria dentro da Universidade, é preciso buscar o apoio da sociedade como um todo, entendendo que a transformação da USP só é possível quando a parcela da população que não ocupa os bancos universitários entende que também pode contribuir e decidir os rumos dessa instituição.

Nossas reivindicações, entretanto, não devem limitar-se a uma lógica corporativista. O Movimento Estudantil, enquanto um movimento social, tem um papel. É fundamental que consigamos elevar nossas pautas a um sentido global, situando-as na disputa colocada na universidade e na sociedade, relacionando-as com questões externas, unificando as lutas dos movimentos organizados fora da universidade com as nossas, caminhando na transformação da universidade e da sociedade como um todo. Nisso, combatemos também uma concepção de ME que mantém-se fechado em si mesmo, sem pensar o que existe além dos muros da universidade.

Todavia, como dito anteriormente, não obteremos conquistas se não tivermos a força da maioria, resultando da mobilização ampla dos estudantes. E conseguir essa maioria só é possível com um ME que dialogue com os estudantes, com espaços mais atrativos, que consigam nos cativar na busca por uma sociedade melhor. Além da maioria mobilizada, é preciso que esta maioria esteja organizada, avançando coletivamente na busca de um objetivo. Nisto, as entidades estudantis, os coletivos feministas, grupos de extensão etc. são nossas ferramentas essenciais e sua construção deve ser priorizada, fazendo com que os estudantes as conheçam e dela participem. É preciso torna-las parte do cotidiano dos estudantes e nesse sentido, o espaço físico é de suma importância, sendo os espaços estudantis conquistas fundamentais pelas quais devemos lutar sempre. E como todas as entidades estudantis, é necessário que o DCE também seja parte do cotidiano dos estudantes, nos diversos cursos e campi, buscando inclusive espaços físicos em outros campi para além do Butantã.

Por fim, a luta na universidade não se dá isoladamente. É preciso situar tal luta dentro das disputas colocadas na sociedade como um todo e, para, além disso, pensar um projeto amplo e totalizante, que nos aponte horizontes comuns e que garantam a mobilização da sociedade como um todo em busca de tais objetivos e da transformação da universidade e da sociedade.

A partir daí, cabe ao MECaminhar lado a lado com todo o povo organizado, na busca pela superação de uma sociedade alicerçada na exploração e na opressão, tomando para si as rédeas do rumo de nosso país. Só em movimento

conseguiremos alcançar uma universidade de fato democrática, e realmente popular.